

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 28 de janeiro de 2019 às 08h00*  
*Seleção de Notícias*

## Yahoo! Notícias Brasil | BR

Patentes

<b>Apple é processada por uso de Bluetooth desde o iPhone 3GS .....</b>	<b>3</b>
---	----------

CAPA

## Diário do Comércio - MG | MG

26 de janeiro de 2019 | Marco regulatório | INPI

<b>Empresas deixam de registrar marcas .....</b>	<b>4</b>
--	----------

NEGÓCIOS

## Blog Meio Bit - Diário do Nordeste | CE

Direitos Autorais

<b>Google pede à Suprema Corte para encerrar processo da Oracle referente ao Android .....</b>	<b>5</b>
--	----------

RONALDO GOGONI

# Apple é processada por uso de Bluetooth desde o iPhone 3GS

CAPA

Apple está mais uma vez envolvida em uma batalha judicial, desta vez sendo acusada de **quebra de patentes** relacionadas ao Bluetooth por uma empresa chamada Rembrandt Wireless Technologies. Na ação, movida no estado americano do Texas, a companhia afirma que a Maçã usou de forma indevida duas tecnologias registradas, que permitem a comunicação entre dispositivos a partir de dois ou mais métodos de modulação. >A Apple está mais uma vez envolvida em uma batalha judicial, desta vez sendo acusada de **quebra de patentes** relacionadas ao Bluetooth por uma empresa chamada Rembrandt Wireless Technologies. Na ação, movida no estado americano do Texas, a companhia afirma que a Maçã usou de forma indevida duas tecnologias registradas, que permitem a comunicação entre dispositivos a partir de dois ou mais métodos de modulação.

iPhone 3GS até as gerações mais atuais do smartphone, bem como em iPods, Macs, iPads e HomePod, além de fones de ouvido e outros acessórios da linha Beats. >Basicamente, são registros que falam sobre a forma como os aparelhos se comunicam, com o uso de métodos diferentes permitindo maior agilidade na conexão e transferência de arquivos. Os métodos seriam utilizados em praticamente todos os produtos da Apple, desde o iPhone 3GS até as gerações mais atuais do smartphone, bem como em iPods, Macs, iPads e HomePod, além de fones de ouvido e outros acessórios da linha Beats.

No processo, a Rembrandt não apenas acusa a Maçã de ter deixado de licenciar as tecnologias para utilização, como também de ter forçado a mão do mercado para que tais recursos também aparecessem em produtos de parceiros. Consumidores seriam incentivados a adquirir determinados acessórios em detrimento de outros devido à interoperabilidade com o iPhone e outros dispositivos da Apple, com as

modulações de especificação GFSK e DPSK sendo as responsáveis por isso.

Oficialmente, o registro das patentes citadas pela Rembrandt expirou em 4 de dezembro do ano passado, algo que, inclusive, é considerado no processo movido por ela. A empresa pede o acerto do licenciamento e royalties devidos desde a primeira implementação da tecnologia nos produtos da Maçã, em 2009, até o fim da validade dos documentos, além de indenizações por danos causados à marca e a seus negócios.

Samsung e a BlackBerry. No caso da fabricante coreana, por exemplo, um júri chegou a determinar o pagamento de US\$ 15,7 milhões em compensações, um valor que foi reduzido para US\$ 11,1 milhões após recurso. >Normalmente, a Apple acaba na mira de trolls de patentes, empresas que adquirem tecnologias de terceiros de olho, justamente, nos lucros a serem obtidos em processos judiciais, mas este não é o caso aqui. A Rembrandt não apenas é uma empresa legítima, como também obteve vitórias recentes em ações semelhantes contra a Samsung e a BlackBerry. No caso da fabricante coreana, por exemplo, um júri chegou a determinar o pagamento de US\$ 15,7 milhões em compensações, um valor que foi reduzido para US\$ 11,1 milhões após recurso.

A Maçã não se pronunciou sobre o assunto e esta nem mesmo é a primeira vez que a empresa enfrenta a Rembrandt nos tribunais. Em 2014, ela foi acusada pela companhia de infringir tecnologias relacionadas ao sistema de reinicialização segura do iOS, em um processo de acabou arquivado por não possuir mérito.

Canaltech >Fonte: Canaltech

## GESTÃO

# Empresas deixam de registrar marcas

## Levantamento aponta que apenas 19% dos empresários iniciaram processos no Inpi

DA REDAÇÃO

Três em cada quatro pequenos negócios no Brasil têm um nome fantasia e grande parte delas também possui logomarca própria. É o que apontou a pesquisa "O Registro da Marca nos Pequenos Negócios", envolvendo 4.002 empresários. Apenas 19% deles, porém, procuraram registrar sua marca no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), responsável por conceder o registro, necessário para garantir a exclusividade em seu uso para um produto ou serviço.

O segmento das microempresas (ME) foi onde o uso do nome fantasia mais predominou, com 84%. Os microempreendedores individuais (MEI) também estão adotando esta prática, sendo que 68% dos entrevistados fazem esse uso, enquanto as Empresas de Pequeno Porte (EPP) somam 83%. Conforme a pesquisa, realizada em agosto, três em cada cinco (59%) empresas entrevistadas já trabalham com uma logomarca própria, um percentual pequeno entre os MEIs (42%) e entre os setores da indústria e construção civil (54%). A amostragem considera que, mesmo que ainda apresentem números mais reduzidos, é uma parcela considerável com logomarcas.

"Registrar a marca é fundamental para garantir a exclusividade do uso, além de proteger sua identidade frente ao mercado. Para os pequenos negócios, representa, na prática, um diferencial competitivo com resultados reais que impactam favoravelmente o relacionamento com os clientes. Toda empresa deve cuidar do seu patrimônio imaterial", ressalta o diretor técnico do Sebrae, Vinicius Lages.

Apenas um em cada três entrevistados (34%) já buscou informações sobre o registro da própria marca. O menor percentual está entre os MEIs (21%) e do comércio (30%), sugerindo que essa medida é uma preocupação apenas

de empresas maiores. Apenas um em cada quatro dos empreendedores (34%) buscou orientações sobre o registro em outras fontes, sendo que o Inpi foi a principal origem das pesquisas. Mas, mesmo assim, 81% ainda não fizeram seus pedidos de regularização do uso no instituto. As respostas foram de que nunca precisaram (52%), nunca pensaram nisso (37%), não sabiam que precisava registrar (25%) não sabem como fazer (24%) e os custos do Inpi são altos (14%), entre outros.

"Conhecer o sistema de marcas é essencial para os pequenos negócios. Em primeiro lugar, deve ser feita uma pesquisa prévia para saber se a marca a ser usada já foi registrada no Inpi, de modo a evitar que a empresa seja, futuramente, impedida de utilizar o nome e/ou logo. Além disso, com o registro de marca, a empresa poderá criar sua identidade e impedir que terceiros se aproveitem dela. Vale ressaltar que a parceria com o Sebrae é uma das principais iniciativas para estimular o registro das marcas. Com foco neste grupo, que tem desconto no valor das retribuições, o Inpi também simplificou procedimentos e reduziu o prazo de análise para menos da metade do que era há pouco mais de um ano", explica o presidente do Inpi, Luiz Otávio Pimentel.

**Processos** - A maior parte dos entrevistados, principalmente dos segmentos da indústria e construção civil, afirma que recorreu a mais de uma forma para conduzir o processo de registro de sua marca e um a cada três empreendedores (34%) declararam que fizeram os trâmites sozinhos. Foi o caso da empresária Samar Semann, que transformou a pasta de alho "Oh My Garlic!", em uma das marcas mais conhecidas no Centro-Oeste e Sudeste do País. Há dois anos, ela e o marido Nijed procuraram o Inpi para colher informações



Luiz Otávio Pimentel afirma que conhecer o sistema de marcas é essencial para os pequenos negócios

### Principais resultados da pesquisa

- 76% dos pequenos negócios têm um nome fantasia, sendo que entre os MEIs essa proporção cai para 68%
- 59% possuem uma logo ou logomarca, sendo que entre os MEIs essa proporção cai para 42%
- 34% já procuraram informações sobre registro de marca. O site do Inpi é a principal fonte de informação
- Apenas 19% dos pequenos negócios já fizeram um pedido de registro de marca no Inpi. O principal motivo elencado para não solicitação de registro de marca foi a falta de necessidade
- Entre as empresas que já fizeram um pedido de registro de marca, 65% tinham conseguido o registro no momento da entrevista

sobre o processo de registro. "Foi o primeiro passo que demos quando decidimos criar o produto", conta a empresária. "As orientações foram importantes e não precisamos de nenhum escritório, todo o processo durou dois anos", explica.

Mas mesmo estando envolvidos no processo, um a cada três admite não conhecer as regras que definem a sua própria marca. "Se por um lado a pequena empresa tem condições de contratar um escritório para cuidar dos trâmites, o microempreendedor individual aprende a fazer

tudo sozinho", explica Lages.

Maria Adeneide Mendonça não sabe os trâmites do processo e não acompanha o andamento do registro da "Tapioca da Tia Dê", a tapiocaria criada no centro de Palmas (TO). Mesmo sem a sua marca registrada, ela avalia que é de extrema importância tê-la: "É uma possibilidade do empreendedor expandir, fazer seu negócio ser conhecido e atravessar fronteiras".

A marca pode agregar valor às empresas e aos seus produtos, atraindo e fidelizando o consumidor. A marca registrada, segundo o Inpi,

garante ao seu titular o direito de uso exclusivo no território nacional em seu ramo de atividade econômica pelo período de dez anos, a partir da data da concessão. Esse registro pode ser prorrogado por sucessivos períodos de dez anos. O Sebrae mantém parceria com o Inpi para disseminar o uso dos ativos de propriedade industrial para os pequenos negócios. Uma das ações realizadas no âmbito dessa parceria foi o curso on-line de marcas e patentes do programa InovAtiva. Os vídeos desse curso estão disponíveis no Youtube. (ASN)



## Google pede à Suprema Corte para encerrar processo da Oracle referente ao Android



A briga entre o Google e o Oracle continua, mas aparentemente ela vai acabar em breve. A gigante das buscas entrou com um recurso na Suprema Corte dos Estados Unidos, pedindo para que a instância judicial máxima do país encerre o processo, que envolve o uso indevido de APIs do Java no desenvolvimento do Android.

Oracle vira a mesa e vence novamente o Google por uso indevido do Java no Android Oracle entra com novo processo contra o Google sobre o uso aceitável do Java no Android

A última decisão da Corte de Apelações para o Circuito Federal deu ganho de causa à Oracle, que exige uma indenização de no mínimo US\$ 9 bilhões.

O rolo entre as duas corporações é um caso clássico de "o acordado não sai caro": quando a Android Inc.

ainda era uma empresa independente, e Andy Rubin ainda pensava no robzinho como um sistema para câmeras digitais, o time de desenvolvimento utilizou 37 APIs do Java, que na época pertencia à Sun Microsystems, em caráter de open source. Quando o Google comprou a startup e mudou o foco do SO para smartphones, a companhia não revisou essa parte, mantendo um mero acordo verbal com a Sun.

Em 2009, com os dispositivos Android já no mercado, Murphy entrou em ação: a Sun foi comprada e absorvida pela Oracle, uma companhia 100% corporativista e inimiga do código aberto, que pouco tempo depois quebrou o pau com a comunidade do OpenOffice, restringiu o acesso ao Solaris e limitou o MySQL. Aí chegou a vez do Android.

Quando a Oracle descobriu que os uso das API do Java não era feito sob contrato, ela não teve dúvidas e processou o Google, alegando roubo de patentes e violação de **direitos autorais**, e que Mountain View estava fazendo muito dinheiro às custas de produtos de terceiros (o que era verdade).

O Google, por sua vez processou a Oracle de volta, argumentando que as APIs foram essenciais para o crescimento do Android, jogou um migué gigantesco, ao dizer que isso caracteriza Uso Aceitável, um conceito que permite a implementação de tecnologias proprietárias livremente em certas circunstâncias, como em aplicativos educacionais. O Google defende que o Android avançou a telefonia celular, mas ignora que a empresa fez muita grana com propriedade alheia, e argumenta que a Oracle não tinha direito de passar a cobrar pelas APIs. A Oracle diz que tem todo o direito de fazê-lo, já que um contrato nunca existiu, e que isso caracteriza roubo e violação de patentes, que passaram para a sua mão.

Em 2012 o Google venceu o primeiro round, a Oracle recorreu e em 2014 reverteu a decisão, exigindo uma

Continuação: Google pede à Suprema Corte para encerrar processo da Oracle referente ao Android

indenização de até US\$ 9 bilhões; o Google recorreu, e em 2016, ela virou novamente a mesa; em 2017 a Oracle recorreu mais uma vez, e em 2018, a Corte de Apelações novamente deu ganho à ela.

Agora o Google está recorrendo à Suprema Corte, que é a última instância que resta. A empresa entrou com um pedido de revisão da última decisão, alegando que uma vitória da Oracle poderia ameaçar o conceito de Uso Aceitável, ao dizer que ela "encerrará a habilidade tradicional de desenvolvedores de usar livremente interface de software existentes, para criar novas gerações de programas de computador para as próximas gerações". E acrescenta:

"Permitir que essa decisão seja mantida restringiria os desenvolvedores à plataforma de um único detentor de **direitos autorais** - o mesmo que dizer que os atalhos de teclado só podem funcionar com apenas um tipo de computador."

O Google alega que a Oracle está "tentando lucrar ao mudar as regras do desenvolvimento de software", o que chega a ser algo bem hipócrita, já que que Mountain View fez dinheiro com software alheio.

A resposta da Oracle, através do vice-presidente executivo e chefe do conselho Dorian Daley foi na lata:

"A petição do Google apresenta uma repetição de argumentos que já foram cuidadosamente descredenciados. Sua suposta preocupação com a

inovação oculta sua verdadeira preocupação, de permitir que ela tenha capacidade irrestrita de copiar o trabalho original e valioso de outros, para obter ganhos financeiros substanciais."

Por mais que a Oracle seja uma companhia que ninguém gosta, não dá para dizer que Daley está errado nesta.

Só que as chances do Google em reverter a decisão são mínimas. Em 2015, a instituição se recusou a reverter o veredito de 2014, que deu causa ganha à Oracle, e como a decisão de 2018 se alinha com esta, há a possibilidade dos juízes sequer acolherem a petição da gigante das buscas. Se isso acontecer, o Google terá que pagar um montante de US\$ 8,8 bilhões, referentes aos ganhos com as APIs no Android, e mais US\$ 475 milhões pelos prejuízos causados.

No entanto, tais valores foram estipulados em 2016, e a Oracle já avisou que iria atualizá-los. Logo, é bom o Google começar a catar as moedinhas de trás do sofá.

Com informações: Reuters.

O post Google pede à Suprema Corte para encerrar processo da Oracle referente ao Android apareceu primeiro em Meio Bit.

## Índice remissivo de assuntos

**Patentes**

3

**Marco regulatório | INPI**

4

**Direitos Autorais**

5